

BREVES REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DOCUMENTAIS HISTÓRICOS PARA O RESGATE DA MEMÓRIA

Tamires Sales de Quadros¹
Eliaana Correia Brandão Gonçalves²

O trabalho tem como proposta a reflexão sobre a importância do resgate e valorização de registros documentais de arquivos históricos para reavaliar a trajetória de um povo e narrar a sua história, construindo a memória coletiva em torno do passado e, ao mesmo tempo, ressignificando as características do tempo presente. Essas considerações surgem a partir da pesquisa com os documentos históricos catalogados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Esses documentos apresentam às relações político-administrativas ocorridas entre as várias instâncias provenientes de Lisboa e a Capitania da Bahia, durante os séculos XVII ao XIX, retratando características sobre a dinâmica das atividades desempenhadas no período colonial brasileiro, reivindicações e solicitações encaminhadas ao Conselho Ultramarino, órgão da Coroa Portuguesa, de onde provém o fundo documental destes arquivos. O registro desses acontecimentos reflete as impressões e interpretações sobre os fatos de uma época, consagra o ser humano como membro da comunidade em que vive, atesta o seu pertencimento a esta realidade, de modo que seus escritos revelam uma conjuntura social, política, cultural, linguística, que muito tem a dizer sobre a nossa história. Assim sendo, tais escritos demonstram a possibilidade de análise do cotidiano baiano para restituir e interpretar aspectos culturais, históricos e linguísticos do nosso país, demonstrados pelo uso da língua, e, principalmente, pelo repensar a memória, a história e a cultura do nosso povo.

Palavras-chave: Filologia. Documentos históricos. Memória. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

A proposta do artigo é apresentar uma discussão sobre a utilidade do trabalho filológico para o resgate da memória, da história e da cultura das comunidades, de um tempo e de um lugar, por meio dos inúmeros aspectos que se pode extrair de um texto. Assim, reflete-se sobre a importância de lembrar e valorizar os registros documentais no tempo presente, por acreditar que, ao reconhecer o passado, fazemo-nos conscientes de sua importância nos dias atuais, a exemplo dos documentos manuscritos avulsos da

¹ Bolsista – IC-PIBIC-CNPq-UFBA. E-mail: ts.quadros@hotmail.com.

² Doutor e Professor Adjunto do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras - Setor de Filologia do Instituto de Letras da UFBA. E-mail: elianabrand7@gmail.com.

Capitania da Bahia que apresentam aspectos relevantes sobre nossa memória, oportunizando também importantes reflexões sobre a história do nosso Estado.

Dessa forma as considerações aqui apresentadas são resultantes da pesquisa desenvolvida no curso de Letras da Universidade Federal da Bahia - UFBA, com o auxílio de bolsa PIBIC-CNPQ-UFBA, documentos históricos da Capitania da Bahia, que foram catalogados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. A pesquisa está também vinculada ao projeto de pesquisa *Guerras, lutas e contextos de violência em documentos de arquivos histórico-culturais*: edição e estudo linguístico, coordenado pela Profa. Dra. Eliana Brandão (UFBA), e ao grupo de pesquisa *Studia Philologica*.

2 FILOLOGIA E DOCUMENTO

Os documentos de arquivos históricos, sendo registros escritos de um povo e de uma época, podem se constituir, por assim dizer, objetos de estudo da Filologia. No contexto teórico da área de Letras, o texto escrito é, assim como em outras áreas, o objeto de estudo da Filologia. A Filologia pode ser interpretada como a “ciência do significado dos textos; e em sentido mais amplo, como a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura” (BASSETTO, 2001, p. 37). Por isso, o filólogo precisa conhecer a história da transmissão textual e dos aspectos linguísticos, discursivos e literários que circundam os textos, bem como os contextos históricos, sociais e culturais que o envolvem. Para Gonçalves (2017):

Esses interrogantes nos possibilitam o exercício da crítica filológico-linguística, com contribuições interdisciplinares, visto que a prática filológica tenta não apagar os estágios da memória dos textos, mas escavá-la (...). Considerando esse viés, a pesquisa com documentos histórico-culturais tem vocação para o diálogo multidisciplinar, fazendo uma mediação e conciliação entre as diversas abordagens filológicas e as abordagens dos estudos históricos, culturais, linguísticos e discursivos. (GONÇALVES, 2017, p. 194)

Vale lembrar que segundo Cano Aguilar (2000) a análise dos textos escritos, incluindo a perspectiva da língua, dá-nos maiores ferramentas para compreender a sociedade; e mais, o que dissemos e tentamos dizer através da língua. Para o autor

[...] la perspectiva filológica, al situar el uso de la lengua em su contexto, nos permite reconstruir la sociedad, el mundo que el análisis lingüístico deja traslucir (el léxico indoeuropeo, por ejemplo, nos acerca al tipo de sociedades indoeuropeas); o nos hace entender con mayor claridad los cambios semânticos, etc. (CANO AGUILAR, 2000, p. 17)³

O Projeto Resgate catalogou os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), localizado em Lisboa, Portugal e, mais especificamente os documentos do Conselho Ultramarino (CU) relativos às relações político-administrativas entre as várias instâncias provenientes de Lisboa e a colônia brasileira (DOCUMENTOS..., 2009), que são objeto de nossa pesquisa.

Os dois catálogos referentes aos documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia (1604 – 1828; 1701-1827) reúnem parte da documentação transmitida desse território para a metrópole portuguesa, e vice-versa. Quando Portugal soube da existência do Brasil (1532), o rei D. João III decidiu dividir o Brasil em Capitanias Hereditárias. Foram doadas 14 capitanias a 12 donatários, que deveriam povoá-las e explorá-las, fazendo com que rendessem lucro para Portugal (NUNES, 2013).

Diante de um contexto de guerra entre Portugal e outros países europeus, a metrópole portuguesa se desestruturou e perdeu muitas de suas colônias, o que a levou a criar órgãos estratégicos que pudessem garantir a Portugal os seus domínios. O Conselho Ultramarino (1642) foi um destes órgãos, entre outros como o Conselho de Guerra (1640) e o Tribunal da Junta dos Três Estados (1640). Dentre estes, o Conselho Ultramarino foi o que desempenhou papel mais relevante na centralização e coordenação política do Brasil (DOCUMENTOS..., 2009).

O Projeto Resgate é uma iniciativa do Ministério da Cultura do Brasil em parceria com organismos internacionais, com vistas a recuperar documentos relacionados ao período colonial brasileiro e no caso dos documentos da Bahia teve o apoio da Fundação Pedro Calmon (FPC) e do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). (DOCUMENTOS, 2009)

Esses documentos foram reproduzidos em cópias, selecionados por verbetes, microfilmados e depois digitalizados e organizados em tipologias textuais diversas: abaixo-assinados, alvarás, avisos, cartas, consultas, decretos, despachos, estatutos,

³ Tradução livre: [...] a perspectiva filológica, ao situar o uso da língua em seu contexto, nos permite reconstruir a sociedade, o mundo que a análise linguística deixa transparecer (o léxico indo-europeu, por exemplo, nos aproxima do tipo de sociedades indo-europeias); ou nos faz entender com maior clareza as mudanças semânticas etc.

mapas, ordens, ordens régias, pareceres, provisões, regimentos, requerimentos, entre outros. Contudo, a organização desta documentação foi toda reunida com base na datação, sem considerar as inúmeras tipologias documentais, necessitando, por vezes, a depender do tipo de pesquisa, de uma seleção com base na tipologia documental (DOCUMENTOS..., 2009; BELLOTTO, 2002).

Desse modo, a proposta da pesquisa é realizar um inventário e estudo filológico-linguístico dos documentos que pertencem a uma tipologia documental específica e que constam neste catálogo. A tipologia documental evidencia o documento enquanto integrante de um mesmo conjunto de atividades homogêneas. A contextualização, as competências, funções e atividades do órgão emissor do documento são de observância da tipologia documental, que busca a relação destes documentos com as atividades institucionais/pessoais, portanto para Bellotto (2002), a configuração que um documento assume de acordo com sua atividade de origem, o tipo documental.

Para qualquer julgamento da trajetória humana, é necessário recorrer ao texto, especialmente o texto escrito, que guarda o registro dos acontecimentos, da história de um povo, e que, muitas vezes, se faz documento, no momento em que é valorizado como prova histórica. O que sobrevive como documento é escolha das forças que estão no controle do desenvolvimento do mundo, do homem e também dos historiadores. E ampliando esta perspectiva, para todo pesquisador que lida com o documento. Para Le Goff (1996, p. 462), há dois tipos de materiais que traduzem a memória coletiva: os documentos e os monumentos.

Os monumentos são heranças do passado, já os documentos são escolha do historiador/pesquisador. A característica principal de um monumento é o poder de perpetuar a memória coletiva de sociedades históricas e o interpretar como testemunhos (LE GOFF, 1996, p. 462). Pensar no documento apenas como uma ou mais folhas escritas por alguém importante é omitir a sua história, a importância que teve à época em que foi escrita e a importância que pode vir a ter hoje. Com isto, surge a ideia de que documento não é apenas documento, mas um diálogo com o tempo presente. Neste diálogo, o entendimento sobre o passado se transforma, fazendo com que o documento histórico seja uma construção permanente e permitindo leituras diversas sobre um mesmo material, ou seja, o sentido atribuído ao documento no presente torna-o mutável. O fato histórico muda conforme a visão que se tenha do passado (KARNAL & TASTCH, 2001).

Inventariar, transcrever e interpretar esses documentos, considerando todos os aspectos é, portanto, imprescindível para a compreensão dos arquivos enquanto memória coletiva. Neste sentido, um documento pode vir a ser monumento, ao ampliar a compreensão de seus propósitos, e principalmente ao ser utilizado pelo poder. Para Le Goff (1996), o pesquisador, ao estar ciente disto, não deve se desviar do seu objetivo crítico:

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1996, p. 470).

Ao analisar o documento enquanto monumento, o pesquisador necessita isolar os elementos, reagrupar, observar sua pertinência, relacionar com outros conhecimentos e outros fatos históricos. Esses elementos assumem papel decisivo na apreensão e compreensão dos acontecimentos (LE GOFF, 1996).

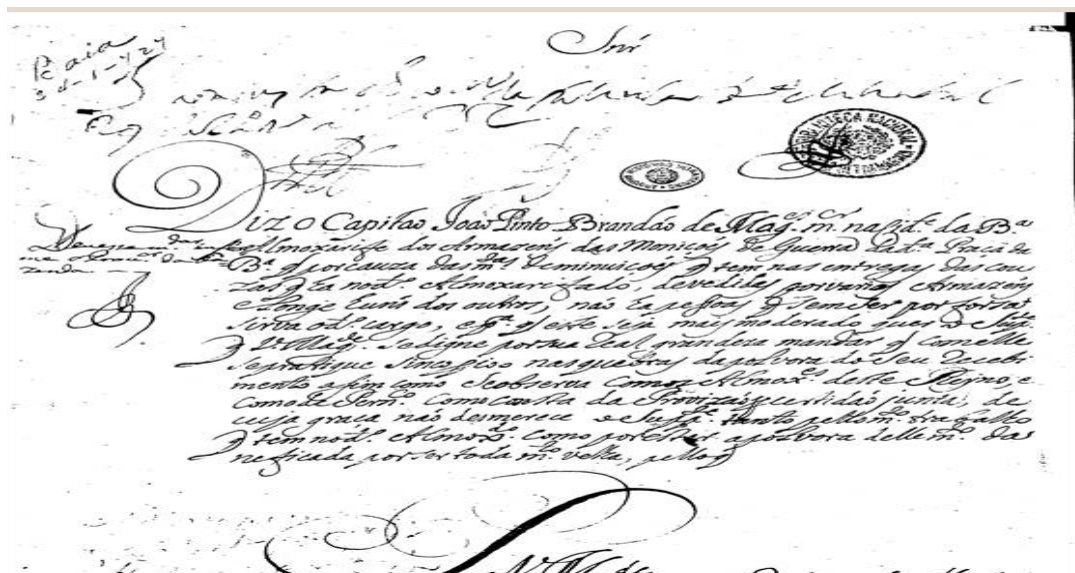
Desta forma, para uma análise mais minuciosa como esta, é imprescindível o recorte de uma única tipologia documental para a transcrição dos testemunhos, que em seu conjunto, passam a ter outro valor, conforme o olhar que lhe direcionamos:

Figura 1: Imagem - Fac-símile de verbete-resumo - Requerimento do Conselho Ultramarino – Capitania da Bahia – ant. 24 de maio de 1727
AHU_ACL_CU_005, Cx. 30, D. 2738

CONSELHO ULTRAMARINO
BRASIL — BAÍA
[ant. 1727. MAIO. 24.]

2738- [ant. 1727. Maio, 24]
REQUERIMENTO do capitão e almoxarife dos armazéns das munições de guerra desta praça, João Pinto Brandão ao rei [D. João VI] solicitando o acréscimo cinco por cento nas quebras de pólvora do seu recebimento.
Anexo: requerimento
AHU - Brasil-Baía, cx. 26 doc. 39
AHU_ACL_CU_005, Cx. 30 D. 2738.

Figura 2: Imagem - Fac-símile de Requerimento do Conselho Ultramarino – Capitania da Bahia – ant. 24 de maio de 1727
AHU_ACL_CU_005, Cx. 30, D. 2738



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil –Projeto Resgate Barão do Rio Branco
<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>

Neste requerimento, por exemplo, que trata de uma solicitação de acréscimo de munição de guerra, pode-se recolher informações sobre quem o escreveu, em que circunstâncias e porquê motivo fez o pedido; o que a data diz a este respeito, qual correlação é possível fazer deste documento, isolado ao contexto sócio-político, entre outras documentações emitidas na mesma época; e também o tipo caligráfico usado, o suporte material, os elementos externos e internos da estrutura do texto, tendo o fim de compor interpretações diversas.

É preciso desmistificar o significado aparente, porque o documento é também um monumento, faz parte de um conjunto de monumentos, é resultado dos esforços de uma sociedade em tentar criar uma imagem de si própria para o futuro (LE GOFF, 1996). “[...] Em síntese, documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita [...]” (KARNAL, TATSCH, 2011, p. 24). Ou seja, é elemento fundamental para a percepção da singularidade e da memória sociais, percebendo-se assim, como é relevante a análise do documento.

Assim, os documentos catalogados pelo Projeto Resgate de um dos fundos do Arquivo Histórico Ultramarino despertam para a necessidade de rememorar a história do Brasil e da Bahia, presente nestes documentos. Também oferece a oportunidade de dar conhecimento a acontecimentos que se perderam ao longo do tempo, e que, agora, vêm à tona, oferecendo material interessantíssimo de pesquisa.

3 DOCUMENTO E POLÍTICAS CULTURAIS

Por falar em singularidade e memória social, é importante recorrer às discussões que relacionam patrimônio cultural e memória. Santos (2012) extrai da Constituição de 1988, a interpretação de que o patrimônio cultural brasileiro é composto por bens culturais, que são referências de testemunhos materiais e imateriais, capazes de despertar relevante interesse cultural.

Mas afinal, o que é memória? O que são bens culturais? O que é patrimônio cultural? A memória é justamente o passado que interage com o presente, transmitindo conhecimento e construindo essa singularidade. Os bens culturais são o registro físico do passado ou do presente, que traduzem o momento de um grupo numa época. O patrimônio cultural então guarda em si referências a esta singularidade e à memória dos diferentes grupos sociais (RODRIGUES, 2012).

A noção de bem cultural sob seu aspecto material, contemplada por Santos (2012), carrega consigo um valor que lhe oferece algum significado e que recai sobre um determinado suporte físico, no qual irá se estruturar as políticas culturais para este âmbito. Os arquivos culturais podem, a partir desta concepção, caracterizar-se como um bem tanto material, quanto imaterial. Seu valor pode ser ao mesmo tempo tangível e intangível, dada a sua materialidade histórica e o seu conteúdo. Portanto, segundo Gonçalves (2015)

Sabemos que as histórias não se constroem de forma linear e progressiva, mas em articulação com o passado e a memória. Na contemporaneidade, concebemos que os arquivos se constituem de fragmentos das construções discursivas da alteridade. (...) As transformações mundiais ou globais também parecem apontar para uma tendência a se reavaliar o passado, articulando debates a respeito da memória nos arquivos, no contexto dos países do Ocidente. (GONÇALVES, 2015, p. 17)

A existência de documentos de arquivos históricos está diretamente relacionada à presença de uma memória vigente em uma *práxis* social de uma determinada época, num determinado contexto, com um modo burocrático e organizacional próprios, uma forma escrita particular, cuja estrutura documental se adequava aos interesses e necessidades daquele período, representando motivo de reflexão e análise, o que justifica a necessidade de fazê-los subsistir.

Para Voklmer (2001), “[...] os documentos e os objetos têm uma relação direta com os interesses ligados aos sentimentos, aos significados simbólicos e aos valores não só materiais, mas intangíveis, que possam despertar nas comunidades e nas pessoas.” O documento ofertado em suporte digitalizado como o que é apresentado pelo Projeto Resgate, merece, portanto, atenção especial de uma política cultural específica, que lhe valorize e contribua para a sua perpetuação e divulgação.

Assim, o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco vem facilitando o acesso a esses bens culturais por pesquisadores de diversas áreas, sendo de extrema relevância para a pesquisa que ora se apresenta, o que reforça a ideia da importância de buscar uma gestão cultural, no Brasil, de documentos de arquivos semelhantes a esses, com vistas a disponibilizá-lo de maneira cada vez mais acessível a quem possa se interessar por colher a memória através da documentação histórica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos manuscritos da Capitania da Bahia demonstram, além de um aspecto da memória de nosso Estado, em determinadas sincronias, a possibilidade de realizar uma análise da história do cotidiano baiano que possibilita a restituição e interpretação de aspectos filológicos e linguísticos destes materiais, demonstrados pelo uso da língua, e, principalmente, pelo resgatar da memória, da história e da cultura de um povo.

Tornou-se possível perceber, por meio deste estudo da documentação disponibilizada pelo Projeto Resgate, que o documento é também um monumento, que é, ao mesmo tempo, causa e consequência da construção de uma singularidade e de uma memória social e que, por isso, merece *status* de patrimônio cultural. Essas fontes do passado, analisadas a partir do presente, estabelecem diálogos que se confundem com os dias atuais, fazendo-nos reconhecer as ações e escolhas do ser humano ao longo do

tempo como parte de um processo histórico, político, social e cultural, que perpassa pelo sentido do aprimoramento.

Dessa forma, encaro os documentos manuscritos da Capitania da Bahia uma das importantes vozes da história e da memória social baiana e brasileira. Assim, a realização de pesquisas como essa demonstram o quanto pode ser relevante fomentar a divulgação destes materiais, resgatando e valorizando os registros documentais, com vistas a reavaliar a trajetória de uma sociedade e narrar a sua história, construindo a memória coletiva em torno do passado e, ao mesmo tempo, ressignificando as características do tempo presente.

5 REFERÊNCIAS

BASSETTO, Bruno Fregni. Introdução. In: **Elementos de Filologia Românica**: história externa das línguas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 17 – 41.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, v. 8).

CANO AGUILAR, Rafael. **Introducción al análisis filológico**. [S.I.]: Castalia, 2000.

DOCUMENTOS manuscritos “avulsos” da capitania da Bahia: 1604 – 1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. v. 2. **Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”/Arquivo Ultramarino (Lisboa)**.

GONÇALVES, Eliana C. Brandão. Antiarquivismo. In: **REVEC**: Revista de Estudos da Cultura. set. – dez.: Culturas em Negativo, n. 3, 2015. p. 15-26.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. **Revista da Abralin**: Associação Brasileira de Linguística, volume 16, n. 2, p. 191-218, jan./fev./mar./abril de 2017.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9 - 27.

LE GOFF, Jacques. Documento. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4 ed. Campinas: São Paulo: EDUNICAMP, 1996. p. 462 - 473.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. Sistema de Capitânias. In: _____. **Conhecendo a história da Bahia da pré-história a 1815**. Salvador: Quarteto, 2013. p. 59 – 74.

RODRIGUES, Donizete Aparecido. Patrimônio Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica. In: **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**. Lisboa: Ubimuseum, 2012.

SANTOS, Adalberto S. Patrimônio e memória: da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 67 – 72.

VOLKMER, José Albano. Memória cultural e o patrimônio intangível. **Arquitextos**, São Paulo, ano 01, n. 009.02, Vitruvius, fev. 2001 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.009/916>>. Acesso em: 28 mai. 2017.